



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
CASA ANTONIO AGOSTINHO JANUARIO
“Cidadania com Respeito e Responsabilidade”

PARECER RESUMIDO – COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR)

Projeto de Lei nº 016/2025 – Acessibilidade em Eventos de Grande Porte

1. INTRODUÇÃO

Examina-se a constitucionalidade, legalidade e adequação técnico-redacional do PL nº 016/2025, que estabelece obrigatoriedade de acessibilidade para PCD em eventos de grande porte em Granito/PE.

2. ANÁLISE CONSTITUCIONAL E LEGAL

2.1 Constitucionalidade

- **Fundamento:** Arts. 5º (igualdade), 23 (competência comum) e 227 (proteção de minorias) da CRFB/88.
- **Compatibilidade:** Alinhada à Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Lei nº 10.098/2000 (Acessibilidade).
- **Conclusão:** CONSTITUCIONAL.

2.2 Legalidade e Competência

- **Matéria de competência municipal** (organização de eventos públicos e regulação urbana).
- **Não invade competências estadual/federal nem usurpa funções de outros Poderes.**
- **Conclusão:** LEGAL.

3. ANÁLISE TÉCNICO-REDACIONAL

3.1 Pontos Positivos

- **Estrutura clara e bem articulada.**
- **Definições precisas** (eventos >500 pessoas, espaços acessíveis).
- **Cláusulas de vigência e revogação adequadas.**

4. CONCLUSÃO



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO
CASA ANTONIO AGOSTINHO JANUARIO
“Cidadania com Respeito e Responsabilidade”

O PL apresenta adequação jurídica satisfatória, com redação clara e fundamento legal consolidado. Recomenda-se APROVAÇÃO COM AJUSTES MENORES, seguindo sugestões técnicas acima, e expedição de decreto regulamentador para operacionalização efetiva.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Granito-PE, 24 de OUTUBRO de 2025.

Comissão de Constituição e Justiça

- Presidente: AURILIO LACERDA DE ALENCAR
- Relatora: ROZALI EUFRASINA DE OLIVEIRA
- Relator: FRANCISCO DUARTE GABRIEL